

PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Deputados**Evento: Audiência pública – Sustentabilidade da conectividade nas escolas**

Na quarta-feira (27), a Comissão de Comunicação (CCOM) realizou audiência pública para debater o tema “Sustentabilidade da conectividade nas escolas”, em atendimento ao [REQ 16/2026 – CCOM](#), de iniciativa da deputada **Maria Rosas** (REP/SP).

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- » **Mauricélio Oliveira**, diretor administrativo da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint);
- » **Marcos Ferrari**, presidente-executivo da Conexis Brasil Digital;
- » **José Diniz**, diretor de Administração e Finanças da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE);
- » **Thomaz Galvão**, diretor de Operações do Instituto MegaEdu;
- » **Nilo Pasquali**, conselheiro diretor Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- » **Ana Úngari Dal Fabbro**, coordenadora-geral de Educação Digital, Inovação e Conectividade do Ministério da Educação;
- » **Hermano Tercius**, secretário de telecomunicações do Ministério das Comunicações e presidente do Conselho Gestor do FUST.

Mauricélio Oliveira da Abrint, contextualizou a atuação da entidade e destacou que, embora o Brasil tenha avançado na infraestrutura de conectividade escolar, o desafio atual concentra-se na sustentabilidade operacional, na estabilidade e no uso pedagógico efetivo dessa rede. O ecossistema defendido pela associação, composto majoritariamente por pequenas e médias empresas que expandiram as redes de fibra óptica com capital próprio, posicionou o país com um dos mercados de banda larga mais competitivos do mundo, somando cerca de 19.900 empresas e mais de 32 milhões de acessos fixos, o que representa mais de 64% do mercado de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). Essa relevância é ainda mais acentuada em municípios de até 30 mil habitantes, onde os provedores de pequeno porte detêm cerca de 95% dos acessos, evidenciando sua capilaridade e capacidade operacional para realizar manutenções rápidas e oferecer suporte técnico próximo às comunidades atendidas.

Apresentou dados que atestam a evolução do setor entre 2020 e 2024, período em que a conectividade nas escolas municipais saltou de 71% para 94%, e nas áreas rurais, de 52% para 89%, fruto do trabalho coordenado entre o Governo Federal, ministérios, Anatel, EACE e a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST).

Contudo, apontou gargalos estruturais que comprometem o aproveitamento real desses avanços: apenas 62% das instituições possuem dispositivos digitais adequados para os alunos, somente 59% contam com espaços preparados para o uso pedagógico da rede e 34% das escolas municipais relatam que a internet não suporta múltiplos acessos simultâneos. Diante disso, argumentou que a política pública só se tornará sustentável ao articular de forma regionalizada, os papéis do Ministério da Educação para a definição de parâmetros, do Ministério das Comunicações na coordenação, da Anatel na regulação, do FUST para o financiamento, de

estados e municípios na definição de prioridades locais e dos provedores regionais para efetiva execução das conexões.

Para viabilizar essa arquitetura e assegurar a inclusão digital eficiente, a Abrint propôs que o FUST financie não apenas a instalação inicial, mas também o custeio recorrente, o monitoramento e a atualização tecnológica. Criticou o modelo atual de contratação, que concentra grandes contratos em operadoras de maior porte e relega os provedores locais à subcontratação indireta e terceirizada. Defendeu a divisão de editais em lotes regionais ou microrregionais menores, permitindo o acesso direto de pequenas empresas que possuem conhecimento do território e agilidade de atendimento. Por fim, reiterou que a regionalização da execução aproxima a solução da realidade escolar sem fragmentar a política nacional, fundamentando-se em quatro pilares essenciais: funcionamento e incentivo público permanente, contratações regionalizadas alinhadas ao território, suporte técnico de proximidade e Wi-Fi interno de qualidade para que a conexão chegue efetivamente às salas de aula.

Marcos Ferrari da Conexis Brasil Digital, ao apresentar a entidade e sua missão de expandir a infraestrutura e a inclusão digital no país, defendeu a conectividade como um pilar essencial da cidadania moderna, argumentando que a exclusão digital funciona como um vetor de marginalização ao privar o cidadão do acesso ao conhecimento e à evolução tecnológica.

Nesse sentido, destacou a atuação conjunta com a Anatel e ministérios, ressaltando os avanços viabilizados pelo edital do 4G na cobertura de escolas rurais e, principalmente, pelo edital do 5G, que aportou R\$ 3,1 bilhões para conectar o ambiente escolar. Atualmente, a política pública já contabiliza mais de 100 mil escolas públicas atendidas, reduzindo assimetrias com foco prioritário na Região Norte. Por fim, ressaltou a urgência na aprovação do PLP 230/2025 que prorroga o mecanismo do "FUST direto", cujo vencimento está previsto para 31 de dezembro deste ano. Esse instrumento, que permite deduzir investimentos em escolas diretamente do recolhimento do FUST, foi responsável por conectar 17 mil das 19 mil escolas atendidas pelo Fundo. Reafirmou a parceria histórica do setor com o Estado e estimou que a aprovação da matéria viabilizará a conexão de quase 50 mil novas escolas nos próximos anos.

Nesse ponto, a deputada **Maria Rosas** informou o recebimento de um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), referenciado como Acórdão 1082/2026, que sinaliza a urgência de maior planejamento e sustentabilidade nas políticas de conectividade escolar. O diagnóstico aponta fragilidades severas, como o risco de descontinuidade dos investimentos por falta de custeio posterior, a necessidade de articulação entre MEC, Anatel e MCOM, a ausência de indicadores de qualidade e as persistentes desigualdades regionais, sobretudo em áreas remotas.

Para mitigar esses gargalos, o TCU propôs encaminhamentos que incluem o uso estratégico e a fiscalização do FUST, a criação de mecanismos permanentes de manutenção, a expansão da infraestrutura na Amazônia Legal e o monitoramento contínuo do serviço entregue. A parlamentar ressaltou a importância de enfrentar esses pontos sensíveis de forma transparente junto aos ministérios e agentes do setor para convertê-los em avanços reais. Por fim, indicou que o requerimento de urgência para o PLP 230/2025 está pronto para ser deliberado em plenário, estando em articulação ativa para assegurar sua aprovação.

José Diniz da EACE, contextualizou que a entidade, criada a partir dos compromissos do leilão do 5G, já beneficiou 2,3 milhões de estudantes, alcançando a marca de quase 23 mil escolas conectadas. Desse total, cerca de 78% das atuações concentram-se nas regiões Norte e Nordeste devido aos severos desafios logísticos e geográficos. A iniciativa já atendeu aproximadamente 17 mil escolas rurais, além de comunidades indígenas e quilombolas, entregando uma velocidade de 2,2 Mbps por matrícula, índice que supera a recomendação padrão de 1 Mbps estabelecida pelo MEC. Por fim, registrou que as 17 mil instalações restantes para atingir a meta de 40 mil escolas já estão contratadas e serão finalizadas até o término deste ano.

Thomas Galvão da MegaEdu, informou que a ONG apoia o governo federal com inteligência, dados e análises para compreender a magnitude dos desafios educacionais. Destacou também o desenvolvimento de soluções direcionadas diretamente a gestores para assegurar a internet nas escolas. Ressaltou o expressivo avanço da conectividade pedagógica no país, que saltou de 45% para 72,3% das instituições, enfatizando que as regiões Norte e Nordeste, antes menos integradas, apresentaram os maiores crescimentos devido ao foco em equidade. Por fim, indicou que o FUST prevê o atendimento de mais de 19 mil escolas, ressaltando que uma parte substancial delas foi conectada por meio desse Fundo.

Nilo Paquali da Anatel, enalteceu o Plano Estrutural das Redes de Telecomunicações (PERT), com foco no conceito de conectividade significativa, destacando que, embora o Brasil seja amplamente conectado, ainda existem 5,1 milhões de pessoas desconectadas, que representam a parcela de mais difícil acesso no país. Utilizando mapas e dados da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), expôs sete formas para financiar e manter o acesso à internet nas instituições de ensino: descontos em tarifas privadas, fundos setoriais de universalização, orçamento público, contrapartidas em leilões, títulos de financiamento sustentável, redes comunitárias ou cooperativas e financiamento cruzado intersetorial.

Apresentou a iniciativa global Giga, um programa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com a União Internacional de Telecomunicações (UIT) que tem por objetivo conectar todas as escolas do mundo até 2030. Ressaltou que o Brasil apoiou ativamente o projeto, em seu início, por já possuir o mapeamento escolar concluído, o que ajudou a estruturar a iniciativa, tornando-a uma fonte útil de ideias e mecanismos alternativos para o debate sobre a sustentabilidade a longo prazo. Ao descrever o funcionamento do FUST, que arrecada cerca de R\$ 1 bilhão anualmente alertou que o severo contingenciamento da parcela não reembolsável – reduzida para apenas R\$ 30 milhões neste ano – limita a execução de projetos de alto custo. Por fim, sustentou que os mecanismos setoriais são insuficientes isoladamente, sendo indispensável uma política clara de sustentabilidade orçamentária geral por parte do Estado para garantir a manutenção permanente da conectividade nas escolas brasileiras.

Ana Úngari Dal Fabbro do MEC, apresentou a evolução da Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC), detalhando o caminho trilhado pelas políticas públicas e o estabelecimento de parâmetros e metrificações para o monitoramento em tempo real das ações. Destacou que mais de 100 mil escolas públicas já foram conectadas, reforçando o avanço na conectividade nacional, com um compromisso central de equidade para alcançar prioritariamente a Região Norte, além de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Para tanto, mencionou a necessidade de expandir a atuação de pequenos provedores no acesso terrestre a localidades afastadas.

As frentes da ENEC foram descritas a partir de um arranjo coordenado que envolve iniciativas como o Aprender Conectado, o FUST e o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), além da defesa da [Lei nº 14.172/2021](#), que trouxe o protagonismo dos estados no financiamento e execução dos projetos. No âmbito pedagógico, explicou a implementação da educação digital e midiática, que engloba o apoio técnico à atualização curricular dos estados e a regulamentação para o uso equilibrado de tecnologias, como a restrição de celulares nas escolas estabelecida pela [Lei nº 15.100/2023](#).

Apontou como relevantes para a sustentabilidade dessas políticas: a parceria entre os setores de telecomunicações e educação; a relevância de arranjos de governança estruturados, com papel central do MEC na articulação com as redes de ensino; a visão da conectividade escolar como um desafio permanente que envolve ciclos periódicos de atualização tecnológica; e a importância fundamental de manter e aprimorar modelos de financiamento efetivos, como as linhas do FUST e as contrapartidas em editais.

Hermano Tercius do MCom, contextualizou o histórico das políticas de conectividade escolar no Brasil, ressaltando que, diferentemente de iniciativas anteriores que atendiam apenas a recortes específicos da rede, a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) inovou ao estabelecer como meta universal a conexão de todas as 138 mil escolas públicas do país.

Em resposta aos questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a desigualdade regional, esclareceu que, por se tratar de uma política de universalização, a estratégia não prioriza regiões específicas em fontes isoladas de recursos, o que garante a equalização plena ao término do processo. Destacou o avanço nas regiões menos desenvolvidas, com ênfase na Região Norte, que registrou o maior salto histórico ao elevar seu índice de conectividade de 23% para 63%, enquanto a média nacional já atinge 72%. Atualmente, o programa alcançou a marca de 100 mil escolas conectadas, possuindo mais de 130 mil contratos firmados e restando apenas cerca de 8 mil em tratativas finais, as quais contarão com uma fase extra de propostas direcionada à Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE) e aportes do FUST.

A governança do projeto foi apontada, pelo secretário, como robusta, baseada em uma coordenação contínua e diálogos semanais entre o MEC, o MCOM e a Anatel para a validação conjunta das listas de atendimento. Quanto à sustentabilidade da política pública, reiterou que a estratégia prevê a manutenção da conexão por, no mínimo, dois anos após a instalação da infraestrutura interna e externa, período considerado suficiente para que os estados e municípios planejem a inclusão desses custos operacionais em seus orçamentos. Esse custeio posterior é plenamente viável, dado que a manutenção da internet por fibra óptica demandará um valor médio de R\$ 300 por escola, enquanto que, para as localidades atendidas via satélite, os custos são mais elevados, variando de R\$ 2.000 a R\$ 3.000. Defendeu a relevância do FUST tanto para viabilizar futuros saltos tecnológicos como para apoiar o MEC no fornecimento de computadores às escolas, demanda estimada em R\$ 2 bilhões, relacionada ao Plano Nacional de Inclusão Digital, cujo lançamento está previsto para junho. Finalmente, ressaltou a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar para prorrogar a aplicação direta do fundo e garantir o patamar mínimo de 50% dos recursos em modalidades não reembolsáveis.